

A MONOGRAFIA DE GRADUAÇÃO E A EXPERIÊNCIA DO CURSO DE DIREITO DA UNIFACS

Edivaldo M. Boaventura¹

RESUMO

O artigo registra as etapas de elaboração do trabalho de conclusão do curso jurídico da Universidade Salvador (Unifacs). Previsto no plano de implantação do curso, desde o começo que os alunos concluem a graduação com a elaboração da monografia em conformidade com a metodologia da pesquisa. Para tanto, primeiramente, apresentam o projeto de pesquisa, constando de tema-problema, questões norteadoras, hipóteses, definição de objetivos, justificativa, fundamentação teórica e metodologia. Segue-se a segunda fase com a estruturação lógica do trabalho acadêmico com previsão da introdução, desenvolvimento por partes e conclusão. A terceira etapa é da redação com atenção à normalização com vista aos elementos pré-textuais, textuais e pós-textuais, citações, numeração progressiva, referências ainda em plena elaboração, os alunos a discutem oralmente. Por fim, apresentam e defendem a monografia perante a banca examinadora que a avalia.

Palavras-chave: Monografia-Pós-graduação-Iniciação Científica-ABNT

1 INTRODUÇÃO

A monografia conclusiva da graduação é um trabalho individual sobre tema relacionado com o curso e orientado por um docente. Ao programar essa atividade obrigatória para os alunos de graduação, busca-se, entre outros motivos, propiciar-lhes a vivência da iniciação científica. Dessa maneira, os alunos ordenam a explicitação da estrutura do trabalho acadêmico, baseando-se na revisão da literatura com aplicação da metodologia da pesquisa. A monografia objetiva “o aprofundamento temático, o estímulo à produção científica, à consulta de bibliografia

¹ Professor titular do Programa de Desenvolvimento Regional e Urbano (PPDRU) Mestrado e Doutorado e do Curso de Direito da Universidade Salvador (UNIFACS). É professor emérito, doutor e docente livre pela Universidade Federal da Bahia (UFBA), mestre e Ph.D. pela The Pennsylvania State University, Doutor *Honoris Causa* da Universidade do Estado da Bahia (UNEB). (*In memorium*)

especializada e o aprimoramento da capacidade de interpretação e crítica ao Direito” (UNIFACS, 2008).

Não obstante as limitações, é no momento da monografia que o aluno se prepara para redigir, ao tempo em que se depara com a necessidade de normalização conforme as disposições da Associação Brasileira das Normas Técnicas (ABNT). Para o aluno, no final do curso, não deixa de ser um desafio escrever o trabalho monográfico conclusão. Observa-se que durante quase todo o curso pouco redigiu, salvo, obrigatoriamente, as provas escritas

No Curso de Direito da Unifacs, o ensino da Metodologia da Pesquisa objetiva a elaboração da monografia que se ajusta ao calendário acadêmico, marcando com as avaliações as etapas da redação. A disciplina é anual, até o presente momento, devendo em breve ser organizada por semestre, como os demais cursos de graduação.

2 AS ETAPAS DA ELABORAÇÃO DA MONOGRAFIA

A Metodologia da Pesquisa para a elaboração da monografia do curso de Direito foi programada em cinco etapas ao longo do ano letivo: 1) Projeto de pesquisa; 2) Estruturação lógica do trabalho acadêmico; 3) Redação e normalização da monografia; 4) Discussão da monografia em elaboração em sala de aula; e 5) Apresentação, defesa e avaliação da monografia pela comissão examinadora.

2.1 PRIMEIRA ETAPA - O PROJETO DE PESQUISA

O trabalho de monografia se inicia pelo projeto que delimita o seu alcance. Para a aprendizagem da Metodologia da Pesquisa, nos fixamos nos elementos básicos do projeto: tema-problema, questões norteadoras, hipóteses, objetivos, justificativa, fundamentação teórica, opção metodológica, em conformidade com o tratamento conceitual proposto por Fred Kerlinger (1979 e 1980). Esses componentes básicos são articulados na dinâmica sistêmica do projeto.

Para aprendizagem dos elementos integrados na formatação do projeto, o aluno responde ao exercício sobre o projeto de pesquisa, com perguntas referentes ao tema escolhido. O exercício acompanha continuamente a sequência das aulas que procura funcionar como uma oficina.

2.1.1 A PESQUISA COMO SOLUÇÃO DE PROBLEMAS

A partir do **tema** e **problema**, o aluno se exercita na escolha do tópico monográfico que irá desenvolver. A escolha do tema conduz à indagação do problema a investigar (BOAVENTURA, 2004, p.33-42). A escolha é - e deve ser - do aluno, conforme a disciplina de sua predileção. O tema pode surgir do estágio, da experiência profissional ou da teoria. A propósito da teoria, Kurt Lewin sintetiza: “Nada é mais prático do que uma boa teoria”. Aprendemos tanto com os colegas, quanto com os professores. É a dinâmica da aprendizagem horizontal com colegas e da verticalidade professor-aluno. É estimulada a aprendizagem com os parceiros. Os companheiros de estudo, a fraternal “galera”, os colegas de estágio e o companheirismo dos professores influenciam e muito na escolha do tema. O professor-orientador acompanha a elaboração da monografia desde a escolha do tema. O conhecido civilista francês, Henri Capitant (1951) fornece uma série de sugestões para escolha do tema (BOAVENTURA; e DANTAS, 2010/2011).

Todavia, não basta o tema, é preciso definir o problema central de investigação. Ensina Antônio Joaquim Severino (2002, p. 74) que: “O raciocínio, parte essencial de um trabalho, não se desencadeia quando não se estabelece devidamente um problema”. E complementa – o tema deve ser problematizado. Em torno do problema volta-se toda a pesquisa. Popper (2008, p.186) reforça esse ponto de vista quando afirma que a ciência começa e termina com problema. A pesquisa moderna é concebida como solução de problemas (LAUDAN, 2013). Para Anísio Teixeira: “[...] a lógica não é de premissas, mas a de problemas e o pensamento é *problem-solving*”.

2.1.2 O INCREMENTO DO RACIOCÍNIO CONJECTURAL

Com o tema-problema, o aluno é estimulado a estabelecer **hipóteses**, que poderão ser testadas, tanto do ponto de vista jurídico, discursivamente pelo raciocínio, como poderão ser testadas, empiricamente, com os recursos computacionais, utilizando-se a estatística, a análise de regressão ou outro meio, como procede a pesquisa experimental. Aprofunda-se o tema com hipóteses ou com questões norteadoras? Ou com ambas. A elaboração de hipóteses desenvolve o raciocínio conjectural.

2.1.3 O DESDOBRAMENTO DO PROBLEMA EM QUESTÕES NORTEADORAS

O tema-problema poderá ser desdobrado em hipóteses ou em **questões norteadoras** que vão orientar a investigação. É a problemática com a explicitação quase sempre de 3 a 5 questões. Laville e Dionne (1999, p. 104-127), ao estabelecerem o percurso problema-pergunta-hipótese, ponderam: “Assim que um pesquisador deseja circunscrever mais estreitamente um problema é levado a questionar seus elementos, o que para ele, é um meio cômodo de precisar o problema, reformulando-o em forma de pergunta”.

2.1.4 O ALCANCE DOS OBJETIVOS

Não é fácil para o aluno de direito trabalhar com **objetivos**. Em face dessa lacuna, perguntamos incisiva e diretamente ao aluno: o que pretende com a sua monografia? Ou o que deseja alcançar? Eis um ponto crucial para o aluno do curso jurídico que não teve na sua formação conteudista, exageradamente, profissionalizante a habilidade de definir objetivos, como ocorre com os colegas de Administração e de Pedagogia. Os objetivos se apresentam em dois níveis: geral e específicos. Os objetivos são a rota do sistema, assinala Philips Coombs (1976), na análise de sistema aplicada à educação.

2.1.5 A RELEVÂNCIA SOCIAL, TEÓRICA E PRÁTICA

Insistimos que o projeto da monografia tenha uma justificativa. Pode ser pela relevância social do tema-problema, ou pela abordagem teórica ou prática, bem

como pela contextualização do tema (seu *status* na literatura concernente). Como justificar a escolha do tema? A motivação pessoal da escolha pode ser explicitada, entretanto é preciso evitar o excesso de subjetividade na monografia, uma vez que o trabalho acadêmico deve ser marcado pela objetividade.

2.1.6 A BUSCA DA FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

Escolha do tema, justificativa e definição de objetivos apelam para a **fundamentação teórica** - um elemento imprescindível na monografia. No embasamento na teoria, o aluno de Direito leva vantagem pela longa tradição romanística e germanista da doutrina jurídica. Salutar tradição teórica da formação no *Civil Law*.

Ao afirmar isso, deve-se pontuar que em Direito, a doutrina se aproxima bastante da fundamentação teórica. São anos e anos e até séculos de construção doutrinária. Desde os romanos que se elabora cientificamente o Direito. É importante saber quais os autores fundantes que embasam o tema da monografia, em livros, periódicos especializados e meios eletrônicos. A ciência progride pelo que surge, primeiramente, nas revistas e na internet. As ferramentas de pesquisa buscam na internet, como o *Google² Acadêmico*, por exemplo, são cada vez mais indispensáveis as Bases de Dados Bibliográficas, como demonstra Gismália Mendonça no seu útil *Manual de Normalização* (2013, p. 20-25), com destaque para o Portal Capes, a Biblioteca Digital de Teses e Dissertações (BDTD).

É preciso insistir com o aluno para a consulta às **Bases de Dados Bibliográficas**, pois nesses ambientes virtuais ele, o aluno, “encontrará nomes e endereços de algumas das fontes de informação mais úteis para a pesquisa científica existente no Brasil, e no exterior, reunidas por áreas do conhecimento, segundo a classificação da Capes.” Continuum Lubisco e Vieira 2013, p.119): “Não se trata de

² O buscador Google, por si só, não é suficiente numa pesquisa científica porque ele é generalista. O Google Acadêmico é um bom auxiliar, mas também é insuficiente. O pesquisador tem que ir às bases especializadas por área. Para tanto, ver também: *Manual de estilo acadêmico: trabalhos de conclusão de curso, dissertações e teses*, em seu apêndice D – Bases de dados bibliográficos (LUBISCO; VIERA, 2013. p. 119-14).

uma lista exaustiva; mas observe que nela também estão incluídos catálogos de algumas das grandes universidades e de outras instituições brasileiras”. No caso da História, por exemplo, a Base de Dados Bibliográficos do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB) é uma referência significativa. O aluno encontrará alguns catálogos de bibliotecas baianas, como a Base de Dados Bibliográficos da UFBA, da UNIFACS e da UNEB, Ou alguns catálogos de bibliotecas brasileiras, como *Dedalus* da USP, o catálogo da Biblioteca Nacional, entre outras, informam Lubisco e Vieira. O mais indicado é que a primeira aula seja ministrada dentro da biblioteca como se fazia na The Pennsylvania State University (Penn State).

2.1.7 A OPÇÃO DA METODOLOGIA

Evidentemente que a elaboração da monografia vai depender da **metodologia**. Como operacionalizar o tema? De que modo? No caso, considerando as circunstâncias da pesquisa iniciante, o aluno de graduação utiliza mais a pesquisa bibliográfica pelos livros, artigos e coletâneas; e a metodologia documental, servindo-se inclusive do rico material existente nos processos julgados, nas sentenças, acórdãos e **jurisprudências**. Na pesquisa documental é preciso considerar os dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

Na graduação, devemos aprender a trabalhar bem com a pesquisa bibliográfica e documental (GIL, 2010, p.45-69). É o primeiro passo, assim, o aluno alcança um tento, considerando a falta de experiência investigativa. A pesquisa bibliográfica, todavia, é uma fase que antecede a pesquisa empírica e se refere à busca de informações e à revisão da literatura que identifica o que foi produzido sobre determinado assunto (LUBISCO; VIEIRA, 2013, p. 23, item 2.3).

Todo trabalho de investigação depende muito da metodologia. Em uma monografia de graduação o uso das pesquisas bibliográfica e documental é inicial e deve ser praticado pelo aluno para posterior utilização de outras metodologias como: estudo de caso, experimental, *survey*, pesquisa participativa, pesquisa-ação, grupo focal, conforme relaciona Antônio Carlos Gil (2010). Além dos tipos de metodologia, é aconselhável que o graduando se exercite nas técnicas de investigação: entrevista, questionário, observação participante, formulário, visita técnica e se possível análise

de conteúdo ou do discurso. Nesse particular, uma sugestão é entrevistar os professores especializados no tema escolhido da monografia.

A experiência ensina que para elaborar um trabalho científico há três elementos fundamentais e imprescindíveis 1) definição do tema-problema; 2) fundamentação teórica pela revisão de literatura concernente; e 3) metodologia que operacionaliza o tema-problema. Recordamos a lição da doutora Helen Snyder, que orientou o *proposal* (projeto) da nossa tese de Ph.D.

Com os conceitos básicos focados pela Metodologia da Pesquisa e trabalhados no projeto de investigação em nível da graduação, o aluno desenvolverá a sua monografia, iniciando-se na pesquisa científica. Essa iniciação pode ter sido antecedida pela Metodologia do Trabalho Científico (SEVERINO, 2002), disciplina que não pode faltar em um currículo de graduação se almejamos a formação científica do aluno e não somente a precoce e conteudista formação profissional.

Por último, recomenda-se a análise da norma específica para a elaboração doo projeto de pesquisa (NBR 15287). Há a previsão do formato, espaçamento, entrelinhas, sistema de citação, notas de rodapé, paginação etc. Quanto aos elementos textuais, o projeto deve ser constituído de uma parte introdutória, na qual devem ser expostas o tema do projeto, o problema a ser abordado, as hipóteses, quando couberem, os objetivos a serem atingidos e a justificativa. As demais seções compreendem o referencial teórico que embasa o estudo, a metodologia a ser utilizada, bem assim os recursos e o cronograma necessários à sua consecução.

É preciso elaborar o trabalho de conclusão de curso ao longo do ano ou do semestre letivo, passo a passo, etapa por etapa (*step by step*). O projeto de pesquisa assim elaborado é entregue na primeira avaliação da disciplina. Passemos à etapa seguinte: estruturação do trabalho acadêmico.

2.2 SEGUNDA ETAPA - A ESTRUTURAÇÃO LÓGICA DO TRABALHO ACADÊMICO

É importante que a monografia, dissertação e tese tenha uma estrutura lógica, coerente e bem concatenada. Condição que deve estar clara e evidente no sumário e na sequência das seções ou capítulos a partir da parte introdutória.

A disciplina Metodologia da Pesquisa compreende não somente o projeto e a redação conforme a normalização, como também os fundamentos teóricos e metodológicos da investigação científica. Na experiência docente de elaboração de monografias, dissertações e teses, a Metodologia da Pesquisa é tão somente projeto, mas também fundamento e redação. Para a estruturação, preliminarmente, é preciso especial atenção à norma NBR 14724 com os elementos pré-textuais, textuais e pós-textuais.

Existem diferentes tipos de abordagens científicas. A dedutiva é típica de pensadores como René Descartes, no seu *Discurso sobre o método* (2002), com influência racionalista no nosso sistema jurídico por adotarmos o *Civil Law* (DAVID, 2002). Descartes estabelece quatro procedimentos básicos que não devemos deixar de observar. Primeiramente, não aceitar como verdadeira alguma coisa que não conhecesse como tal, sem precipitação e prevenção. É a prova de *evidência*. Cientificamente, buscamos sempre as evidências empíricas no final das investigações. Em segundo lugar, dividir cada uma das dificuldades, que é a decomposição pela *análise*. Em terceiro, concatenar por ordem os pensamentos, começando pelos mais simples e mais fáceis de conhecer até os mais complexos - é a regra da *síntese*. Por último, fazer, a propósito de tudo, recenseamentos tão completos e revisões tão gerais que me certificasse de nada omitir, é a *enumeração* (BOAVENTURA, 2004, p. 118-128). Compreenda-se a imprescindível revisão, no fundo e na forma, do texto redigido.

O outro tipo de raciocínio é o indutivo. A indução se manifesta nos filósofos ingleses, como Francis Bacon. O *Common Law* é manifestadamente indutivo. Dentro dessa perspectiva da metodologia indutiva, surgiu o método do caso. “O método do caso é uma criação inteiramente original dos americanos nos domínios do Direito”, da autoria de C.C. Langdell, da Universidade de Harvard, informa James Bryant

Conant (1968, p. 74). Em dois modos de pensar, Conant contribui para a formação de juristas, advogados e administradores de empresa, do ponto de vista dedutivo e indutivo.

Há muitos outros pensadores voltados para a metodologia da pesquisa como Karl Popper (o método hipotético-dedutivo), Thomas Kuhn (paradigma), Harry Laudan (a pesquisa como solução de problemas) (FEIJÓ, 2003), Boaventura de Souza Santos (2001)³. Contudo, temos a preocupação de indicar os fundamentos da investigação científica. É uma abordagem necessária e válida para aqueles alunos que ingressarem nos cursos de pós-graduação de mestrado e doutorado. (POPPER, 1974; POPPER, 2004; POPPER, 2005; MARCONI e LAKATOS, 2005).

Para a estruturação lógica da monografia, além da NBR 14724, básica e imprescindível em todo trabalho acadêmico, vamos nos fixar no desenvolvimento por partes, seções ou capítulos da exposição. Dispor as ideias de maneira que se tornem um itinerário a seguir, “um ponto de partida”, onde se indica o que se quer dizer, e “um ponto de chegada”, onde se conclui. Entre as seções, há as etapas, as partes da monografia. Para tanto conferir *Como ordenar as ideias* (BOAVENTURA, 2007).

Partindo-se do raciocínio dedutivo ou indutivo, objetiva-se a formação científica do graduando. Para desenvolvê-la, empiricamente, usam-se como instrumentos da investigação: entrevistas, questionários, testes, escalas, observação sistemática da sala de aula, visita técnica (PERES, 2005) para coleta de dados e informações. É a fase da coleta que antecede a análise e interpretação dos dados. Redigir uma monografia é aprofundar um determinado tema em torno do qual gira uma área de conhecimento.

Assim, como dizem os franceses: “Um lugar para cada coisa e cada coisa em seu lugar”. O que colocar na introdução? Como dividir o tema em quantas partes? Como fazer uma conclusão que marque a comunicação?

³ Desenvolvemos essa abordagem teórico-metodológica no Programa de Desenvolvimento Regional e Urbano (PPDRU), Mestrado e Doutorado da Unifacs.

Em face do exposto, estruturam-se os elementos textuais da monografia em:

Introdução. Na parte introdutória, que anuncia o assunto, deve-se expor o tema do projeto, o problema a ser abordado, as hipóteses, quando couberem, as questões norteadoras, bem como os objetivos a serem atingidos e a justificativa (NBR 15287).

Desenvolvimento do trabalho por partes. Estabelecendo por progressão ou oposição as seções ou capítulos, disserta-se analiticamente, com base no referencial teórico que o embasa e a metodologia a ser utilizada, a parte empírica, assim como os recursos e o cronograma necessários à sua consecução.

Conclusão. Aqui é o lugar da previsão da síntese integradora do que se escreveu, com texto breve e marcante, às vezes, comportando recomendações.

Uma vez redigido o projeto ou mesmo a monografia, recomenda-se a concatenação das partes, conforme a quarta regra de Descartes, isto é, proceder às revisões e a leitura crítica, Recomenda-se sempre a revisão do texto redigido.

Busca-se com este exercício a abertura cartesiana para o problema do método, trabalhando o texto clássico do pensador francês , René Descartes– *Discurso sobre o método*. O ensaio concebido dentro dessa perspectiva, *Como ordenar as ideias* (BOAVENTURA, 2007), ajuda a estruturar o texto monográfico. Trabalham-se as indicações do segunda exercício, estabelecendo a estrutura lógica do trabalho acadêmico . Em outras palavras, traçar o plano da exposição a è um exercício de método. Passemos, então, à redação normatizada do trexto.

2.3 TERCEIRA ETAPA - REDAÇÃO E NORMALIZAÇÃO DO TRABALHO ACADÊMICO

Considerando a deficiência de normalização nos trabalhos acadêmicos, incluindo dissertações e teses, resolvemos enfatizá-la na elaboração da monografia

de graduação. A propósito, recentemente a Academia de Ciências da Bahia realizou um seminário sobre normalização não somente das normas da ABNT, como também o Estilo Vancouver, utilizado pela pesquisa na área biomédica e a ferramenta da pesquisa na internet (BOAVENTURA, 2013, p. 62-65).

Passemos aos procedimentos normativos que são tão somente uma parte da normalização que abrange a economia, administração, empresas e outras organizações. No Brasil, a entidade que atua como foro nacional para a normalização é a Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABN). Criada em 1940, é a representante no Brasil das entidades de normalização internacional: a *International Organization for Standardization* (ISO) e a *International Electrotechnical Commission* (IEC). Como salientam Lubisco e Vieira (2013, p.21): “[...] a referida Associação é constituída de 192 comissões de estudos especiais por área de atividade humana onde a padronização se faz necessária, como é o caso do Comitê Brasileiro de Informação e Documentação (CB-14)” de interesse específico para a normalização na área de documentação.

Dessa forma, “Entenda-se aqui a **normalização** como o conjunto de procedimentos padronizados que se aplicam à elaboração de documentos técnicos e científicos, de modo a induzir e retratar a organização do seu conteúdo” (LUBISCO; VIEIRA, 2013, p.212). Imaginemos, por absurdo, se cada monografia fosse redigida conforme o gosto pessoal de cada autor. Seria uma parafernália. Há outros tipos de normalização, além do referido Estilo Vancouver para os trabalhos na área biomédica. A *American Psychological Association* (APA) tem manual próprio, bem utilizado no Brasil (BOAVENTURA, 2013).

É oportuno assinalar que o processo normalizador é vital para a economia, tanto para o consumo interno como para a exportação. Como bem acentua Antônio Márcio Avelar, diretor presidente da Associação Brasileira de Normas Técnicas (1990): “Sem a normalização não é possível obter a qualidade nos procedimentos repetitivos que lastreiam as atividades econômicas, as trocas comerciais e em particular a produção”. Visando a normalização o desenvolvimento científico e

tecnológico, auxilia a cooperação nas esferas intelectual, científica, tecnológica, econômica e social. Apresenta tanto benefícios qualitativos, como a utilização adequada de recursos, como benefícios quantitativos, a exemplo, a redução do consumo e do desperdício, especificação de matérias primas. A normalização na área acadêmica, a documentação, é uma parte desse processo normalizador. Em suma, torna-se necessário o emprego das normas para o incremento da qualidade do trabalho acadêmico.

Deve ser um dos objetivos da graduação a aprendizagem dessas normas. É preciso familiarizar o aluno com os manuais de estilo. Como ensinar a trabalhar com os muitos e úteis dispositivos da ABNT? É preciso considerar o problema didático de sua aprendizagem, dada a quantidade e a fragmentação das normas brasileiras. A normalização estrutura e dá força ao trabalho dissertativo, seja o trabalho de conclusão de curso (TCC), a dissertação de mestrado ou a tese de doutorado (FRANÇA; VASCONCELLOS, 2004).

Como ministrar uma disciplina de graduação sem o conhecimento das normas da ABNT? É o que tem ocorrido. Para cursar a pós-graduação, mestrado e doutorado, supõe-se que o aluno tenha o domínio dessas normas. Entretanto, não é o que ocorre na experiência docente em mestrados e doutorados. Insistimos que a Metodologia da Pesquisa abrange a redação científica normalizada, pois quando examinamos monografia, dissertação ou tese percebemos as deficiências na observação dos cânones científicos.

A normalização conduz e qualifica o trabalho científico. Os manuais de estilo são ferramentas indispensáveis à redação de *papers*, projetos, artigos, relatórios, exposições orais, dissertações, teses etc. Enfatizamos os dois manuais de estilo mais usuais em Salvador, tanto o da Unifacs, de autoria da bibliotecária Gismália Mendonça (2013) como o da Universidade Federal da Bahia, trabalho das bibliotecárias Nídia Lubisco e Sônia Freitas (2013). O mais conhecido é o da Universidade de Chicago e um bem usual é o da MLA Handbook (MENDONÇA, 2013; LUBISCO; VIEIRA, 2013; CHICAGO, 1969; TURIBIAN, 1973; MLA

HANDBOOK, 1977). Os manuais de estilo são a continuação necessária das obras de metodologia da pesquisa e visualizam a redação e a disseminação do conhecimento (CASTRO, 2006).

As normas são apresentadas e discutidas por grupos de alunos e constantemente repetidas em sala de aula. A formação científica começa pela correta referência, pela precisa citação, pela estruturação dos elementos textuais.

Entrementes, os alunos se informam e respondem ao exercício acerca da normalização do trabalho acadêmico. Com os trabalhos de grupos e a discussão desse exercício, a aula se aproxima de uma oficina, estratégia de ensino praticada pelo professor.

Dentre as normas da ABNT, consideramos como as mais utilizadas na elaboração da monografia: 1) estrutura do trabalho acadêmico (14724); 2) citações (10520), 3) enumeração progressiva das seções de um documento escrito (6024); 4) referências (6023). Como vimos anteriormente, há a norma sobre o projeto de pesquisa (NBR 15287), como também para elaborar o sumário (6027), o resumo (6028), como datar (5892), entre outras.

No entanto, a consulta a cada norma torna-se uma tarefa trabalhosa para o aluno-pesquisador, motivo pelo qual se recomenda o uso de manuais de estilo, onde as referidas normas são apresentadas de forma aplicada e na ordem do trabalho acadêmico.

2.3.1 A ESTRUTURA DO TRABALHO

Para a redação da monografia, deve-se, inicialmente, usar a NBR 14724, que **estrutura o trabalho acadêmico**. Compreende a parte externa, capa e lombada, e a parte interna: os elementos pré-textuais, iniciando pela folha de rosto, resumo, chegando até ao sumário. Os elementos pré-textuais confirmam que “a forma é o limite do conteúdo”, segundo Santo Tomaz de Aquino. Os elementos textuais compreendem a introdução, o desenvolvimento por partes e conclusão; e os pós-textuais, as referências, apêndices, anexos, glossários e índices. Para os trabalhos

dissertativos, o resumo informativo contém objetivos, metodologia, resultados e conclusões do documento para facilitar ou dispensar a consulta ao original.

2.3.2 SISTEMAS DE CITAÇÃO E ÉTICA

Foram as universidades germânicas que relacionaram fontes e citações no século XIX (MONTEIRO, 1998). A **citação** “é a menção de uma informação extraída de outra fonte”, assim define a NBR 10520, que trata de citações em documentos. Há dois sistemas de chamada: numérico e autor-data, este é mais moderno, bastante utilizado e simples. Enquanto o numérico é mais complexo, geralmente mal empregado e apela para as expressões latinas: *idem*, *ibidem*, *loco citato*, *opus citatum*, *apud*, *passim*. Há vários tipos de citação: citação direta breve, citação direta longa, citação de citação. Como existe também a possibilidade de notas bibliográficas, explicativas e mistas (MONTEIRO, 1998, p.29)

A citação acarreta além da precisão a honestidade acadêmica. A atenção à ética afasta o plágio. Relacionemos muito oportunamente, ética e ciência como fazem Eliane S. Azevedo e João Carlos Salles (2013).

2.3.3 COMO NUMERAR AS SEÇÕES DE UM DOCUMENTO ESCRITO

A **numeração progressiva das seções de um documento escrito** tem por escopo “expor em uma sequência lógica o inter-relacionamento da matéria e a permitir sua localização” (NBR 6024). Para construir o Sumário, que contém o plano da monografia, é necessária a numeração progressiva com o emprego dos tipos de letras em conformidade com as seções primária, secundária, terciária, quaternária e quinária (NBR 6024). É preciso um cuidado especial com a confecção da introdução, crisálida de toda a monografia dissertativa. Deve ser a primeira parte a ser redigida porque contém implicitamente toda a exposição. É aconselhável uma introdução com tema claro, definição do problema, questões ou hipóteses, objetivos e anúncio da estrutura da monografia, dissertação ou tese, com intertítulos, dispendo, cartesianamente, com clareza sobre a composição projetada.

2.3.4 A NECESSIDADE DE REFERENCIAR

A indispensável norma NBR 6023 fixa a ordem dos elementos das **referências** e estabelece as convenções para transcrição e apresentação da informação originada do documento e/ou outras fontes de informação. São vários tipos de documentos referenciados: livros, capítulos, artigos de periódicos, documentos jurídicos, impressos ou em meios eletrônicos. Inclui também imagem em movimento, iconografia, cartografia, partituras, vídeos etc. Em face desses variados tipos de referências, usa-se apenas a expressão **Referências** e não mais referências bibliográficas, pois pode haver referências eletrônicas, iconográficas, bibliográficas etc.

Para a segunda avaliação, o aluno entrega a parte introdutória da monografia, em conformidade com a ABNT, e responde às questões do terceiro exercício. Assim, chegamos à discussão da monografia em elaboração.

2.4 QUARTA ETAPA - DISCUSSÃO DA MONOGRAFIA EM ELABORAÇÃO

Acompanhando o ritmo do calendário acadêmico, as férias do meio do ano destinam-se ao incremento da leitura e da redação para a entrega da primeira versão da monografia na terceira avaliação, no início do segundo semestre.

Em sala de aula, discute-se com o professor e colegas a primeira versão da monografia à base do documento que foi entregue para avaliação. O foco é a comunicação oral das principais seções da monografia: controle da comunicação, postura, planejamento do começo e do final, sumário, fundamentação teórica, objetivos alcançados, problema, conclusão, referências, legislação e jurisprudência

É uma espécie de pré-banca que funciona para apreciar e complementar o texto em plena elaboração. Por outro lado, possibilita desinibir o aluno e o ajuda a falar em público com o apoio do professor e dos colegas com uma lista de verificação

(FLETCHER, 1983). O *Quarto Exercício de Metodologia da Pesquisa – Verificação da Comunicação Oral*. Além do expositor, designa-se um colega como relator para apreciar a matéria exposta.

Para fins de avaliação, a exposição oral se soma à monografia completa entregue na quarta e última avaliação com o término do ano letivo. Após longo percurso, resta ainda a etapa da aprovação pela comissão examinadora com o ritualismo jurídico.

2.5 QUINTA ETAPA - APRESENTAÇÃO, DEFESA E AVALIAÇÃO DA MONOGRAFIA PERANTE A BANCA EXAMINADORA

Enfim, uma vez a monografia elaborada, o aluno prepara a apresentação e defesa com o professor-orientador. Conforme o Regulamento do Trabalho de Conclusão do Curso de Graduação em Direito (BOAVENTURA, 2003, p. 39):

A versão final da monografia será apresentada e defendida pelo aluno perante a banca examinadora composta pelo orientador, como presidente, e por outros dois membros designados pela Coordenação do Curso, a qual deverá dar-lhe tratamento cordial e incentivador.

É o momento decisivo da apresentação verbal e da defesa com questionamentos sobre o trabalho e julgamento com avaliação final (PASOLD; OLIVEIRA, 2003). Tudo isso requer do aluno uma preparação psicológica e do conteúdo a ser apresentado. Essa é a etapa da avaliação. Fecha-se, assim, o ciclo de elaboração da monografia como trabalho de conclusão do curso (TCC).

3 CONCLUSÃO

1) A monografia conclusiva da graduação é uma oportunidade de aprofundar um tema do Curso de Direito, que possibilita a iniciação acadêmica do aluno pela aprendizagem dos conceitos científicos que permitem não somente o crescimento intelectual do aluno, como também o incremento de sua capacidade de análise.

2) O trabalho de conclusão do curso (TCC) desenvolve a capacidade de redação com estruturação do texto acadêmico, redação que expressa o aprofundamento de um tópico com a revisão da literatura concernente, emprego de citações, referências, numeração progressiva, análise de conteúdo, pesquisa bibliográfica e documental e outros tipos de metodologia que apelam para as fontes de informação enriquecedora da formação científica.

3) A elaboração da monografia busca a redação e a estruturação lógica do trabalho acadêmico com normalização do texto acadêmico pela análise da legislação, doutrina e jurisprudência.

4) As monografias obtiveram prêmios que marcaram a qualidade do ensino, criando-se a cultura da monografia como um fator de diferenciação da Universidade Salvador (Unifacs).

Em face dos poucos alunos que recebem bolsa de iniciação científica (PIBIC), indagamos se não deveríamos ampliar a iniciação científica para os alunos da graduação? É objetivo da graduação formar cientificamente o aluno? Ou a graduação se limita, tradicionalmente, à formação conteudista profissionalizante?

Nota: Comunicação da experiência do ensino da Metodologia de Pesquisa para elaboração da monografia de conclusão do curso de Direito, apresentada no Fórum de Integração e Planejamento Pedagógico (FIPPE) da Universidade Salvador (Unifacs), por indicação do coordenador professor doutor Miguel Calmon Dantas, Salvador, 8 de agosto de 2014.

REFERÊNCIAS

A MANUAL OF STYLE. 12thed. Chicago: University of Chicago, 1969.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. **Conheça a ABNT:** normalização : um fator para o desenvolvimento. Rio de Janeiro, 1990.

_____. **NBR 6023.** Informação e documentação - Referências – Elaboração. Rio de Janeiro, 2002.

_____. **NBR 6027.** Informação e documentação – Sumário – Apresentação. Rio de Janeiro, 2003.

_____. **NBR 6028.** Informação e documentação – Resumo – Apresentação. Rio de Janeiro, 2003.

_____. **MBR 10520.** Informação e documentação – Citações em documento. Rio de Janeiro, 2002.

_____. **NBR 14724.** Informação e documentação. – Trabalhos acadêmicos – Apresentação. Rio de Janeiro, 2005.

_____. **NBR 15287.** Informação e documentação – Projeto de pesquisa – Apresentação. Rio de Janeiro, 2011.

AZEVEDO, Eliane E; SALLES, João Carlos (Org.). **Ética e ciência.** Salvador: Academia de Ciências da Bahia, 2013.

BOAVENTURA, Edivaldo M. **Metodologia da pesquisa e monografia jurídica.** Salvador: Unifacs/Curso de Direito, 2002.

_____. **Metodologia da pesquisa:** monografia, dissertação e tese. São Paulo: Atlas, 2004.

_____. **Como ordenar as ideias.** 9.ed. São Paulo: Ática, 2009.

_____. DANTAS, Miguel Calmon. Revisitando a metodologia da pesquisa em direito: as contribuições de Henri Capitant. **R. Acad. Letras Jurídicas da Bahia,** Salvador, n. 16, p.70-82. 2010/2011.

_____. Normalização do trabalho científico. In: ACADEMIA DE CIÊNCIA DA BAHIA, **Memória III.** Salvador. n. 3, p. 62-65. 2013.

CAPITANT, Henri. **La thèse de doctorat en droit.** 4^{ème}. ed. Paris: Dalloz, 1951.

CASTRO, Cláudio de Moura. **A prática da pesquisa.** 2.ed. São Paulo: Pearson Pratices Hall, 2006.

CONANT, James Bryant. **Dois modos de pensar.** Tradução Anísio Teixeira. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1986.

DAVID, René. **Os grandes sistemas do direito contemporâneo**. Tradução Hermínio A. Carvalho. São Paulo: Martins Fontes, 2002.

FEIJÓ, Ricardo. **Metodologia e filosofia da ciência**: aplicação na teoria social e estudo de caso. São Paulo: Atlas, 2003.

FLETCHER, Leon. **Como falar como profissional**. Tradução Octavio Alves Velho. Rio de Janeiro: Record, 1983.

FRANÇA, Júnia L; VASCONCELOS, Ana Cristina de. **Manual para normalização de publicações técnico-científicas**. 7.ed. Belo Horizonte: UFMG, 2004.

KERLINGER, Fred N. **Behavioral research**: a conceptual approach. New York: Holt, Rinehart and Winston, 1979.

_____. **Metodologia da Pesquisa em ciências sociais**: um tratamento conceitual. São Paulo: EPU. EDUSP Brasília: INEP, 1980.

LAUDAN, Larry, **O progresso e seus problemas**: rumo a uma teoria do crescimento científico. Tradução Roberto Leal Ferreira. São Paulo: Unesp, 2011.

LAVILLE, Christian; DIONNE, Jean. **A construção do saber**: manual de metodologia da pesquisa em ciências humanas. Belo Horizonte: UFMG, 2007.

LUBISCO, Nídia M. L.; VIEIRA, Sônia C. **Manual de estilo acadêmico**: trabalhos de conclusão de curso, dissertações e teses. Salvador: Edufba, 2013.

MARCONI, Marina de A.; LAKATOS, Eva Maria. **Fundamentos de metodologia científica**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2005.

MENDONÇA, Gismália M. **Manual de normalização para apresentação de trabalhos acadêmicos**. 3. ed. Salvador: Unifacs, 2013.

MLA HANDBOOK. New York, 1977.

MONTEIRO, Adriana D. **Apresentação de citações e notas**. Londrina: Universidade Estadual de Londrina, 1998.

PASOLD, Cesar L.; OLIVEIRA, Álvaro B de. **Momento decisivo**: apresentação e defesa de trabalho acadêmico. Florianópolis: Momento Atual, 2003.

PERES, José Augusto. **Visitas técnicas**: no ensino fundamental, médio e superior. João Pessoa: Editora Gráfica Meta – EGM, 2005

POPPER, Karl **A lógica da pesquisa científica**. Tradução Leônidas Hegenberg e Octanny S. de Moura. São Paulo: Cultrix, 1974.

_____. **A lógica das ciências sociais**. Tradução Estevão de R. Martins, Ápio C. Muniz A. Filho, Vilma de O. Moraes e Silva. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 2004.

_____. **Busca inacabada:** autobiografia intelectual. Lisboa: Espera do Caos, 2008.

SANTOS, Boaventura de S. **Um discurso sobre as ciências.** 12. ed. Porto: Afrontamento, 2001.

SEVERINO, Antônio J. **Metodologia do trabalho científico.** 22. ed. São Paulo: Cortez, 2002.

TURIBIAN, Kate L. **A manual for writers of term papers, theses and dissertations.** 4th. ed. Chicago, 1971.

VALERY, Paul. **O pensamento vivo de Descartes.** São Paulo: Martins, 1961.